

**ANO XXIII – EDIÇÃO Nº 14 – CASSERENGUE(PB), 03 DE ABRIL DE 2019**



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASSERENGUE  
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
Lei Municipal nº 267/2015, de 31 de Março de 2015

**EDITAL Nº01/2019**

*Dispõe sobre o Edital de Convocação o Processo de Escolha em Data Unificada do Conselho Tutelar do Município de CASSERENGUE– PB para o quadriênio 2020/2023*

**A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CASSERENGUE, PB** no uso da atribuição que lhe é conferida pela Lei Nº267 /2015, torna público o presente **EDITAL DE CONVOCAÇÃO** para o Processo de Escolha em Data Unificada para membros do Conselho Tutelar para o quadriênio 2020/2023, aprovado pela **RESOLUÇÃO Nº 01/2019**, do CMDCA local.

## **1. DO OBJETO**

1.1. O presente edital torna público o processo de escolha em data unificada, disciplinado pela Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, pela Resolução nº 170/2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA e pela Lei Municipal nº 267/2015, o qual será realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e sob a fiscalização do Ministério Público.

## **2. DO CONSELHO TUTELAR**

2.1. O Conselho Tutelar, órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, é encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

2.2. No município de Casserengue – PB foi criado 01 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 05 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 04 (quatro) anos, permitida 01 (uma) recondução, mediante novo Processo de Escolha em igualdade de condições com os demais pretendentes.

2.3. O Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar deverá observar as seguintes diretrizes:

- a) O Processo será realizado para o preenchimento de 05 (cinco) vagas para membros do Conselho Tutelar titulares e no mínimo igual número de suplentes;
- b) A candidatura deverá ser individual, não sendo admitida a composição de chapas, em conformidade com a Lei Municipal nº 267/2015, de 31 de março de 2015.
- c) O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA instituirá uma Comissão Especial Eleitoral - CEE do Processo de Escolha em Data Unificada, instituída por meio da Resolução CMDCA nº 02/2019 publicada no Diário Oficial do município, com composição paritária entre conselheiros representantes do governo e conselheiros da sociedade civil, para a realização do Processo de Escolha em Data Unificada dos membros do Conselho Tutelar;
- d) O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, publicou a Resolução CMDCA nº 01/2019 no Diário Oficial do município, regulamentando as fases do Processo de Escolha de conselheiros tutelares, dispondo sobre:

I – a documentação exigida aos candidatos para que possam concorrer no processo eleitoral;



**ANO XXIII- EDIÇÃO Nº 14 – CASSERENGUE(PB), 03 DE ABRIL DE 2019**



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASSERENGUE  
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL  
CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
Lei Municipal nº 267/2015, de 31 de Março de 2015

II – as regras do Processo de Escolha em Data Unificada, contendo as condutas permitidas e vedadas aos candidatos;

III – as sanções previstas aos candidatos no caso de descumprimento das regras do Processo de Escolha em Data Unificada;

IV – a regulamentação quanto às fases de impugnação, recurso e outras do Processo de Escolha em Data Unificada; e

V – as vedações.

### **3. DOS REQUISITOS BÁSICOS EXIGIDOS PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR**

3.1. Reconhecida idoneidade moral;

3.2. Idade superior a 21 (vinte e um) anos;

3.3. Residir no município de Casserengue - PB há mais de dois anos;

3.4. Comprovação de conclusão de ensino médio;

3.5. Comprovação de atuação de no mínimo 02 (dois) anos na área de atendimento, promoção e defesa dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes, através de declarações expedidas por órgãos competentes;

3.6 – Não ter sofrido penalidades de perda de mandato de conselheiro tutelar no período vigente;

3.7 - Estar no gozo dos seus direitos políticos;

3.8 - Não exercer mandato político;

3.9 - Não está sendo processado criminalmente no município ou em qualquer outro deste País;

3.10 – Não ter sofrido nenhuma condenação judicial, transitada em julgado, nos termos do artigo 129, da lei Nº 8.069/90;

3.11 - Estar no pleno gozo das aptidões física e mental para o exercício do cargo de conselheiro tutelar;

3.12 - Além do preenchimento dos requisitos indicados neste artigo será obrigatória a aprovação em prova com no mínimo 50% (cinquenta por cento) de acertos, com questões objetivas de conhecimento específico sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Política Municipal de Atendimento a Criança e Adolescentes.

### **4. DA JORNADA DE TRABALHO E REMUNERAÇÃO**

4.1. Os conselheiros tutelares exercerão suas atividades em regime de dedicação exclusiva em jornada de 40 horas semanais.



**ANO XXIII- EDIÇÃO Nº 14 – CASSERENGUE(PB), 03 DE ABRIL DE 2019**



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASSERENGUE  
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL  
CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
Lei Municipal nº 267/2015, de 31 de Março de 2015

4.2. O valor do vencimento mensal será equivalente ao piso municipal fixado anualmente em lei R\$: 998,00 (novecentos e noventa e oito reais) no exercício financeiro de 2019, sendo-lhes assegurado o direito a cobertura previdenciária, gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal, licença-maternidade, licença-paternidade e gratificação natalina, previstos no artigo 134 do Estatuto da Criança e do Adolescente, conforme redação dada pela lei 12.696/2012.

#### **5. DAS ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR**

5.1. As atribuições dos membros do Conselho Tutelar estão previstas no art. 136 da Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, com alterações dadas pela Lei Municipal de nº 267/2015, de 31 de março de 2015.

#### **6. DA COMISSÃO ESPECIAL**

6.1. A Comissão Especial Eleitoral - CEE do Processo de Escolha em Data Unificada é encarregada de analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos.

6.2. A Comissão Especial Eleitoral - CEE do Processo de Escolha em Data Unificada deverá realizar reunião destinada a dar conhecimento formal quanto às regras de campanha dos candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local e nas Resoluções do CONANDA.

6.3. A Comissão Especial Eleitoral - CEE do Processo de Escolha em Data Unificada estimulará e facilitará o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras de campanha por parte dos candidatos ou à sua ordem.

6.4. A Comissão Especial Eleitoral - CEE do Processo de Escolha em Data Unificada deverá analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação.

6.5. A Comissão Especial Eleitoral - CEE do Processo de Escolha em Data Unificada deverá cumprir as demais atribuições elencadas na Resolução CMDCA nº 02/2019.

6.6. O Executivo Municipal deverá organizar e prestar apoio administrativo ao Processo de Escolha Unificada que ocorrerá no dia 06 de outubro de 2019.

#### **7. DOS IMPEDIMENTOS**

7.1. São impedidos de servir no mesmo conselho, marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado, conforme previsto no Art.140 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) com alterações dadas pela Lei Municipal de nº 267/2015, de 31 de março de 2015.

7.2. São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ainda que em união homo afetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, conforme previsto na Resolução 170/2014, publicada pelo CONANDA.

7.3. Estende-se o impedimento da disposição acima ao conselheiro tutelar que tenha as relações dispostas com autoridade judiciária e com o representante do Ministério Público com

**ANO XXIII- EDIÇÃO Nº 14 – CASSERENGUE(PB), 03 DE ABRIL DE 2019**



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASSERENGUE  
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL  
CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Lei Municipal nº 267/2015, de 31 de Março de 2015  
atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma Comarca, bem como todos os membros que forem designados para participarem da realização do Processo de Escolha em Data Unificada.

#### **8. DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA**

8.1. As Etapas do Processo de Escolha Unificada deverão ser organizadas da seguinte forma:

- I - **Primeira Etapa:** (Publicação do edital/inscrições)
- II - **Segunda Etapa:** (Prova objetiva de conhecimentos específicos sobre o ECA e a Política Municipal de Atendimento a Crianças e Adolescentes)
- III - **Terceira Etapa:** (Período de Campanha Eleitoral e Processo de Escolha em Data Unificada)
- IV - **Quarta Etapa:** (Diplomação e publicação do ato de nomeação)
- V - **Quinta Etapa:** Posse.

#### **9. DA PRIMEIRA ETAPA - DA INSCRIÇÃO/ ENTREGA DOS DOCUMENTOS**

9.1. A participação no presente Processo de Escolha em Data Unificada iniciar-se-á pela inscrição por meio de requerimento impresso conforme modelo do anexo II deste Edital, e será efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital.

9.2. A inscrição será efetuada pessoalmente na Sede do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), localizada à Rua, Novo Horizonte, Centro- Casserengue – PB 58238-000, no período especificado no anexo I deste Edital que dispõe sobre o Calendário Oficial do Processo de Escolha em Data Unificada dos pretendentes à função de conselheiro tutelar para o quadriênio 2020/2023.

9.3. As inscrições serão realizadas no período de 22 de abril à 24 de maio de 2019, no horário de 08:00hs às 11:30hs e 13:00 às 17:00 horas, de acordo com o prazo estabelecido no Calendário Oficial do Processo de Escolha em Data Unificada parte integrante deste Edital.

9.4. A veracidade das informações prestadas na Inscrição é de total responsabilidade do candidato.

9.5. Ao realizar a inscrição, o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Documento de identificação, que permita comprovar a idade superior a 21 anos;
- b) Título de eleitor;
- c) Comprovante de residência do município de Casserengue-PB e declaração que comprove o tempo de mais de dois anos;
- d) Certificado de conclusão do ensino médio;
- e) Certidão de quitação emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral; (<http://www.tre-pb.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>);



**ANO XXIII – EDIÇÃO Nº 14 – CASSERENGUE(PB), 03 DE ABRIL DE 2019**



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASSERENGUE  
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL  
CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
Lei Municipal nº 267/2015, de 31 de Março de 2015

f) Certidão negativa de antecedentes criminais emitida pelo Tribunal de Justiça da Paraíba;  
(<http://www.tjpb.ius.br/servicos/solicitar-certidao/>);

g) Atestado, firmado por representante legal de Órgão Público ou Entidade Privada, atestando a idoneidade moral do candidato;

h) Publicação do ato de desligamento do CMDCA, no caso de candidaturas de conselheiros CMDCA;

9.6. Toda a documentação exigida no item anterior deverá ser apresentada acompanhada dos documentos originais e de fotocópias em 02 (duas) vias, uma para ajuntada a ficha de inscrição e a outra para o protocolo de inscrição do candidato.

9.7. Juntamente com a documentação exigida deverá ser entregue, em mídia digital (CD), 01 (uma) fotografia digitalizada com as seguintes especificações: foto de frente, com fundo em contraste, sem apresentar expressões e/ou gestos corporais em tamanho da imagem: 161x225 pixels no formato JPEG com Cor: 256 tons de cinza.

#### **10. ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA**

10.1. A Comissão Especial Eleitoral - CEE do Processo de Escolha em Data Unificada procederá à análise da documentação exigida no Item 9.5 sendo que no dia 27 de maio de 2019, publicará a lista de candidatos que tiveram suas inscrições deferidas ou indeferidas e a conclusão da primeira etapa será realizada no dia 21 de junho de 2019.

10.2. Constituem motivos de indeferimento da candidatura o não preenchimento de qualquer dos requisitos exigidos no Edital para inscrição, fundada na ausência de documentos ou de qualquer dos requisitos legais para a função de Conselheiro Tutelar e se verificado os impedimentos previstos no artigo 140 da Lei Federal nº. 8.069/90 – ECA.

10.3. No prazo de 03 (três) dias, contado da publicação, o candidato poderá apresentar recurso devidamente fundamentado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA contra a decisão da Comissão Eleitoral que indeferiu seu pedido de inscrição.

10.4. Caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, apreciar o recurso do candidato que teve sua inscrição indeferida e decidirá podendo revisar ou manter a decisão da Comissão Eleitoral.

10.5. Ocorrendo falsidade em qualquer documentação apresentada, o postulante será excluído sumariamente do Processo de Escolha em Data Unificada, sem prejuízo do encaminhamento dos fatos à autoridade competente para apuração e a devida responsabilização legal.

#### **11. DA IMPUGNAÇÃO DAS CANDIDATURAS**

11.1. A partir da publicação da lista das inscrições deferidas dos candidatos habilitados nessa primeira etapa para participar do Processo de Escolha, no prazo de 05 (cinco) dias, qualquer cidadão maior de 18 anos e legalmente capaz poderá requerer a Comissão Especial Eleitoral - CEE a impugnação do postulante, em petição devidamente fundamentada.



**ANO XXIII – EDIÇÃO Nº 14 – CASSERENGUE(PB), 03 DE ABRIL DE 2019**



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASSERENGUE  
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
Lei Municipal nº 267/2015, de 31 de Março de 2015

11.2. A Comissão Especial Eleitoral - CEE terá o prazo de 05 (cinco) dias para decidir sobre o acatamento ou não da impugnação, abrindo vistas ao Ministério Público e notificando os candidatos, concedendo-lhes prazo para apresentar defesa.

11.3. O candidato impugnado terá 03 (três) dias após a data da notificação da impugnação para apresentar sua defesa.

11.4. Após análise da documentação pela Comissão Especial Eleitoral - CEE da defesa da impugnação da candidatura e recebido o parecer do CMDCA dos recursos das inscrições indeferidas será publicada a lista dos candidatos habilitados na primeira etapa do Processo de Escolha em Data Unificada, que ocorrerá no dia 06 de outubro de 2019.

11.5. O candidato impugnado terá o prazo de 03 (três) dias após a data da publicação para apresentar recurso ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA.

11.6. O CMDCA se reunirá em caráter extraordinário, para decidir sobre o recurso apresentado.

11.7. No dia 31 de Julho de 2019, vencida a fase recursal será publicada a lista definitiva dos candidatos habilitados e não habilitados para a segunda etapa do certame.

## **12. DA SEGUNDA ETAPA – PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS SOBRE O ECA**

12.1. Os candidatos habilitados na primeira etapa participarão de uma prova com 20 (vinte) questões objetivas de conhecimento específico sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Política Municipal de Atendimento a Criança e ao Adolescente, sendo obrigatório o acerto de no mínimo 10 (dez) questões.

12.2. A Prova de conhecimentos específicos sobre o ECA e a Política Municipal de Atendimento a Criança e ao Adolescente será realizada no dia 25 de julho em horário e local determinado pelo CMDCA, através de resolução;

12.3. Transcorrida a fase de recursos será publicada convocação indicando a data, local e horário de reunião a ser promovida pela Comissão Organizadora, que realizará o sorteio dos números de votação dos candidatos habilitados ao Pleito.

12.4. Na reunião a Comissão Organizadora deverá dar conhecimento formal regrado processo eleitoral aos candidatos habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, bem como reforçar as disposições da Resolução CMDCA nº01/2019 que regulamenta o Processo de Escolha em Data Unificada.

12.5. Após a reunião será publicada a homologação das candidaturas, constando nome, codinome e número dos candidatos habilitados para a próxima etapa e autorizará o início da campanha eleitoral, consta no anexo I deste Edital.

## **13. DA TERCEIRA ETAPA – PERÍODO DE CAMPANHA ELEITORAL E PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA – ELEIÇÃO**

13.1. Esta etapa definirá os conselheiros tutelares titulares e suplentes.



**ANO XXIII- EDIÇÃO Nº 14 – CASSERENGUE(PB), 03 DE ABRIL DE 2019**



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASSERENGUE  
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL  
CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
Lei Municipal nº 267/2015, de 31 de Março de 2015

13.2. O Processo de Escolha em Data Unificada realizar-se-á no dia 06 de outubro de 2019, das 08h às 17h, horário local, conforme previsto no art. 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e será divulgado por meio do Diário Oficial e outros instrumentos de comunicação.

13.3. O resultado oficial da votação será publicado imediatamente após a apuração por meio do Diário Oficial ou equivalente e outros instrumentos de comunicação pela Comissão Especial Eleitoral - CEE do Processo de Escolha em Data Unificada.

13.4. As impugnações referentes ao resultado final deverão ser dirigidas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 03 (três) dias contado da publicação oficial do Edital com o resultado da Eleição, que as analisará e julgará em igual prazo, observando as datas estabelecidas neste Edital.

13.5. Transcorridos os prazos do item anterior o CMDCA homologará o resultado final do pleito, publicando-o no Diário Oficial do Município.

#### **14. DA PROPAGANDA ELEITORAL E DAS VEDAÇÕES AO CANDIDATO DURANTE O PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA.**

14.1. Conforme previsto no parágrafo 3º do artigo 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente e ratificado na Lei Municipal de nº 267/2015, de 31 de março de 2015, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

14.2. A Propaganda Eleitoral observará o disposto nos artigos 20 a 31 da Resolução CMDCA nº 01/2019 sendo que seu início observará a data prevista no Calendário Oficial - Anexo I deste Edital sendo expressamente proibida a propaganda eleitoral antecipada ou extemporânea qualquer que seja a sua forma ou modalidade. Na inobservância deste dispositivo, o candidato será advertido e no caso de tornar a reincidir ficará inabilitado a concorrer à eleição.

#### **15. DO EMPATE**

15.1. Em caso de empate, terá preferência na classificação, sucessivamente, o candidato mais idoso.

#### **16. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL**

16.1. Ao final de todo o Processo de Escolha em Data Unificada, a Comissão Especial Eleitoral - CEE do Processo de Escolha divulgará no Diário Oficial ou em meio equivalente, o nome dos cinco conselheiros tutelares titulares e seus respectivos suplentes escolhidos em ordem decrescente de votação.

#### **17. DOS RECURSOS**

17.1. O Candidato poderá ter acesso às decisões da Comissão Especial Eleitoral - CEE do Processo de Escolha em Data Unificada para fins de interposição dos recursos previstos neste Edital, mediante solicitação formalizada.

ANO XXIII- EDIÇÃO Nº 14 – CASSERENGUE(PB), 03 DE ABRIL DE 2019



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASSERENGUE  
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Lei Municipal nº 267/2015, de 31 de Março de 2015

17.2. Das decisões da Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada dos membros do Conselho Tutelar caberá recurso à plenária do Conselho Municipal que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

17.3. As decisões proferidas nos recursos contra as decisões da Comissão Especial Eleitoral - CEE do Processo de Escolha em Data Unificada, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no Processo de Escolha em Data Unificada são irrecuráveis na esfera administrativa.

#### 18. DA QUARTA ETAPA – DIPLOMAÇÃO e PUBLICAÇÃO DO ATO DE NOMEAÇÃO

18.1. Após a homologação do Processo de Escolha, os candidatos eleitos titulares e suplentes, serão diplomados na data prevista no Anexo I deste Edital.

18.2. O dia, a hora e o local da diplomação dos conselheiros tutelares eleitos serão divulgados junto à comunidade local e afixado o convite em todos os locais onde o Edital tiver sido afixado.

#### 19. DA QUINTA ETAPA – POSSE DOS CANDIDATOS ELEITOS

19.1. A posse dos conselheiros tutelares dar-se-á pelo Senhor Prefeito Municipal ou pessoa por ele designada no dia 10 de janeiro de 2020, conforme previsto no parágrafo 2º do Art. 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

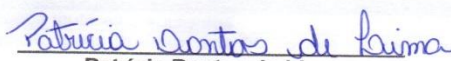
#### 20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial Eleitoral - CEE do Processo de Escolha em Data Unificada, observadas as normas legais contidas na Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente na Lei Municipal nº 267/2015, de 31 de Março de 2015 e Resolução nº 01/2019 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Casserengue -PB.

21.2. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, Editais e comunicados referentes ao Processo de Escolha em Data Unificada dos conselheiros tutelares.

21.3. O descumprimento dos dispositivos legais previstos neste Edital implicará na exclusão do candidato ao Processo de Escolha em Data Unificada.

Casserengue– PB, 01 de abril de 2019.

  
Patrícia Dantas de Lima  
Presidente do CMDCA





ANO XXIII- EDIÇÃO Nº 14 – CASSERENGUE(PB), 03 DE ABRIL DE 2019



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASSERENGUE  
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL  
CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
Lei Municipal nº 267/2015, de 31 de Março de 2015

**ANEXO I**  
**Referente ao Edital nº 01/2019 do CMDCA**  
**Calendário para organização do Processo de Escolha em Data Unificada dos membros do Conselho Tutelar – Quadrênio 2020/2023**

EVENTOS BÁSICOS	DATAS
<b>1ª Etapa (Publicação do edital/inscrições)</b>	
Publicação do Edital	05/04/2019
Inscrições na sede do CRAS das 08:00 às 11:30 horas e 13:00 às 17:00 horas	22/04 à 24/05/2019
Publicação da lista dos candidatos com inscrições deferidas e indeferidas no mural da Prefeitura Municipal e outros meios equivalentes	27/05/2019
Prazo para recurso das inscrições indeferidas ou impugnação de candidatura	28 à 31/05/2019
Análise pelo CMDCA dos recursos de candidatos com inscrições indeferidas	03 à 06/03/2019
Prazo para a CEE decidir pelo acatamento ou não do pedido de impugnação	03 à 06/03/2019
Notificação do candidato impugnado	07/06/2019
Divulgação do resultado dos recursos das inscrições indeferidas	07/06/2019
Prazo para o candidato impugnado apresentar defesa a CEE	10 à 12/06/2019
Análise da defesa do candidato impugnado pela CEE	13 à 14/06/2019
Publicação da lista em ordem alfabética dos candidatos habilitados nesta etapa	17/06/2019
Prazo para apresentar recurso ao CMDCA da decisão de impugnação deferida pela CEE	17 à 19/06/2019
Análise pelo CMDCA dos recursos de Impugnação de Candidatura	21/06/2019
Publicação da lista definitiva dos candidatos habilitados nesta etapa	26/06/2019
<b>2ª Etapa (Prova objetiva de conhecimentos específicos sobre o ECA e a Política Municipal de Atendimento a Criança e ao Adolescente)</b>	
Divulgação do local e horário de realização da prova objetiva de conhecimentos específicos sobre o ECA e a Política Municipal de Atendimento a Criança e ao Adolescente	19/07/2019
Data da realização da prova objetiva de conhecimentos específicos sobre o ECA e a Política Municipal de Atendimento a Criança e ao Adolescente	25/07/2019
Divulgação da relação final dos candidatos habilitados na segunda etapa	31/07/2019
Prazo para recurso	01 à 06/08/2019
Análise dos recursos	07 à 09/08/2019
Divulgação do resultado dos recursos	12/08/2019
Publicação da lista dos candidatos habilitados na segunda etapa e convocação para realização da Reunião de Compromisso e sorteio do número de Votação	12/08/2019
Realização da Reunião prevista no item 12.5 do edital.	15/08/2019
Divulgação da relação das candidaturas homologadas, aptas a participarem da eleição conforme previsto no item 12.6 do edital.	19/08/2019
<b>3ª Etapa (Período de campanha eleitoral e processo de escolha em data unificada)</b>	
Período da campanha eleitoral observando o disposto no item 14.2 do Edital.	31/08 à 03/10/2019
Eleição de Conselheiros Tutelares	06/10/2019
Prazo para interposição de recursos relativos a resultado final da eleição	07 à 09/10/2019
Divulgação do julgamento dos recursos relativos à eleição dos candidatos	14/10/2019
Publicação do resultado final com a respectiva homologação do processo de escolha	17/10/2019
<b>4ª Etapa (Diplomação e publicação do ato de nomeação)</b>	
Diplomação dos candidatos eleitos titulares e suplentes	24/10/2019
Publicação do ato de Nomeação pelo Prefeito dos 05 (cinco) candidatos mais votados	08/01/2020
<b>5ª Etapa (Posse)</b>	
Posse	10/01/2020

Casserengue – PB, 01 de abril de 2019.

*Patricia Dantas de Lima*  
Patricia Dantas de Lima  
Presidente do CMDCA



ANO XXIII – EDIÇÃO Nº 14 – CASSERENGUE(PB), 03 DE ABRIL DE 2019

  
 ESTADO DA PARAÍBA  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CASSERENGUE  
 SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL  
 CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
 Lei Municipal nº 267/2015, de 31 de Março de 2015  
**ANEXO I**  
**Referente ao Edital nº 01/2019 do CMDCA**  
**Calendário para organização do Processo de Escolha em Data Unificada dos membros do Conselho Tutelar – Quadrênio 2020/2023**

EVENTOS BÁSICOS	DATAS
<b>1ª Etapa (Publicação do edital/inscrições)</b>	
Publicação do Edital	05/04/2019
Inscrições na sede do CRAS das 08:00 às 11:30 horas e 13:00 às 17:00 horas	22/04 à 24/05/2019
Publicação da lista dos candidatos com inscrições deferidas e indeferidas no mural da Prefeitura Municipal e outros meios equivalentes	27/05/2019
Prazo para recurso das inscrições indeferidas ou impugnação de candidatura	28 à 31/05/2019
Análise pelo CMDCA dos recursos de candidatos com inscrições indeferidas	03 à 06/03/2019
Prazo para a CEE decidir pelo acatamento ou não do pedido de impugnação	03 à 06/03/2019
Notificação do candidato impugnado	07/06/2019
Divulgação do resultado dos recursos das inscrições indeferidas	07/06/2019
Prazo para o candidato impugnado apresentar defesa a CEE	10 à 12/06/2019
Análise da defesa do candidato impugnado pela CEE	13 à 14/06/2019
Publicação da lista em ordem alfabética dos candidatos habilitados nesta etapa	17/06/2019
Prazo para apresentar recurso ao CMDCA da decisão de impugnação deferida pela CEE	17 à 19/06/2019
Análise pelo CMDCA dos recursos de Impugnação de Candidatura	21/06/2019
Publicação da lista definitiva dos candidatos habilitados nesta etapa	26/06/2019
<b>2ª Etapa (Prova objetiva de conhecimentos específicos sobre o ECA e a Política Municipal de Atendimento a Criança e ao Adolescente)</b>	
Divulgação do local e horário de realização da prova objetiva de conhecimentos específicos sobre o ECA e a Política Municipal de Atendimento a Criança e ao Adolescente	19/07/2019
Data da realização da prova objetiva de conhecimentos específicos sobre o ECA e a Política Municipal de Atendimento a Criança e ao Adolescente	25/07/2019
Divulgação da relação final dos candidatos habilitados na segunda etapa	31/07/2019
Prazo para recurso	01 à 06/08/2019
Análise dos recursos	07 à 09/08/2019
Divulgação do resultado dos recursos	12/08/2019
Publicação da lista dos candidatos habilitados na segunda etapa e convocação para realização da Reunião de Compromisso e sorteio do número de Votação	12/08/2019
Realização da Reunião prevista no item 12.5 do edital.	15/08/2019
Divulgação da relação das candidaturas homologadas, aptas a participarem da eleição conforme previsto no item 12.6 do edital.	19/08/2019
<b>3ª Etapa (Período de campanha eleitoral e processo de escolha em data unificada)</b>	
Período da campanha eleitoral observando o disposto no item 14.2 do Edital.	31/08 à 03/10/2019
Eleição de Conselheiros Tutelares	06/10/2019
Prazo para interposição de recursos relativos a resultado final da eleição	07 à 09/10/2019
Divulgação do julgamento dos recursos relativos à eleição dos candidatos	14/10/2019
Publicação do resultado final com a respectiva homologação do processo de escolha	17/10/2019
<b>4ª Etapa (Diplomação e publicação do ato de nomeação)</b>	
Diplomação dos candidatos eleitos titulares e suplentes	24/10/2019
Publicação do ato de Nomeação pelo Prefeito dos 05 (cinco) candidatos mais votados	08/01/2020
<b>5ª Etapa (Posse)</b>	
Posse	10/01/2020

Casserengue – PB, 01 de abril de 2019.

*Patricia Dantas de Lima*  
**Patricia Dantas de Lima**  
 Presidente do CMDCA

